

**Abertura da reunião:** nove horas e trinta minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da câmara municipal de Armamar, deu início à reunião desse órgão, dirigindo os trabalhos. -----

**Data:** 02 de julho de 2020 -----

**Local:** Salão Nobre do Edifício Sede do Município -----

A reunião iniciou-se com a presença de: -----

**Presidente:** João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca

**Vereadores:** António Manuel Almeida Rego da Silva

Cláudia Isabel Gomes de Jesus Damião

Jorge Augusto Fernandes Rodrigues

Luciano Teixeira Gomes

**Secretário:** Chefe da Divisão Municipal de Administração e Desenvolvimento Social,  
António José da Silva Fernandes

### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O presidente João Paulo Fonseca, disponibilizou o resumo diário de tesouraria n.º 126 de 01 de julho de 2020, a relação dos compromissos, pagamentos e modificações ao orçamento – alterações, gerados entre 16 e 25 de junho de 2020. -----

-----

Referiu que está confirmado um caso de uma pessoa infetada com Covid-19, no concelho e, de acordo com as orientações e a tabela oficial da Direção Geral de Saúde, só começam a fazer parte dessa tabela os municípios onde se registre um número igual ou superior a 3 casos e a partir do dia de ontem, o concelho de Armamar passou a fazer parte da mesma. Há alguma desinformação à volta do assunto, pelo que esclareceu, que em relação à Covid-19 existe um caso ativo e dois extintos. Um deles, de uma utente do Lar de Fontelo e outro de uma profissional de saúde, que trabalha num hospital de Lisboa, que ficou infetada no início da pandemia e, apesar de não ter estado

em Armamar, como ainda mantém a sua residência, cá, ficou contabilizado no concelho. Em relação ao caso de ontem, porque se tratava de uma pessoa que se relaciona na comunidade, o município, enquanto facilitador, em colaboração com o laboratório conseguiram testar-se dezanove pessoas que foram indicadas, pela pessoa infetada, como sendo aquelas que, nos últimos dias, estiveram mais próximas de si. Os resultados deram todos negativos e no dia de hoje vão ser realizados mais alguns testes a pedido de outras pessoas que estiveram em contacto com ele. Lamentou que a pessoa esteja infetada desejando-lhe as rápidas melhoras e boa recuperação. No seu entender, não há motivos para qualquer alarme social em relação a este caso, contudo o município, assim como as autoridades de saúde vão continuar atentos e a monitorizar a situação para que se possa tratar de um caso isolado e não de alguma cadeia de transmissão na comunidade. -----

Fez saber que a partir do dia de ontem foram repostas as carreiras públicas intermunicipais. Conforme já tinha referido, anteriormente, havia uma negociação entre a CIM Douro e as empresas concessionárias destas carreiras, em todo o território dos dezanove municípios, e conseguiu chegar-se a acordo com as transportadoras. -----

Vereador Jorge Rodrigues, em relação à problemática da Covid-19 disse-se, totalmente, solidário e disposto a contribuir em tudo o que necessitarem da sua parte. Lamentou o caso que ocorreu no concelho e gostaria que o executivo municipal, em conjunto, começasse a delinear medidas uma vez que se aproxima a época das colheitas. Isto pode trazer problemas bastante graves, quer à população em si quer no aspeto comercial na apanha da maçã e nas vindimas. O concelho de Armamar, enquanto maior produtor de maçã, do país, deveria ser líder na prevenção de cadeias de transmissão, aquando da receção da mão-de-obra que está a chegar. Sabe-se que no período de colheitas a população do concelho quase duplica, por isso a câmara, juntamente com os empresários e a Associação de Fruticultores deveriam fazer um esforço para prevenir

que esta pandemia afete mais do que aquilo que está a afetar. Em relação à situação que ocorreu, no concelho, procurou saber quais os passos que têm de ser dados para se fazerem os testes. Espera que não haja qualquer cadeia de transmissão e é preciso realçar que o comunicado que a câmara fez à população é pouco. É necessário fazer ver às pessoas que devem continuar a ter cuidados. -----

Presidente João Paulo Fonseca, referiu que o município, semanalmente, emite comunicação em sede de Covid-19, de acordo com as orientações da Direção Geral da Saúde. As pessoas, no geral, julgavam que por ter corrido bem no pico da pandemia o concelho estava imune a este tipo de situações. Como não está, é preciso voltar a reavivar as suas memórias para que continuem a manter os cuidados recomendados porque isto, infelizmente, pode acontecer a qualquer um e, tanto pode ser uma situação isolada, como “podemos” ter uma cadeia de transmissão, o que seria muito complicado, quer ao nível da saúde das pessoas, quer da própria imagem do concelho que, em termos turísticos, está a ser muito procurado pelo baixo número de casos de Covid-19. Esqueceu-se de referir, na sua intervenção inicial, que foi tomada a decisão de não abrir as piscinas descobertas, este ano, em função da pandemia pois poderia ser um local propício a alguma propagação da doença e porque, em termos de diretrizes da Direção Geral da Saúde, para esses espaços, para além de não ser permitido ter balneários abertos a lotação máxima é de trinta pessoas por dia, com a obrigatoriedade de só dez poderem utilizar os tanques em simultâneo. -----

Quanto aos critérios para a realização dos testes à Covid-19 enalteceu a forma como a família da pessoa infetada tratou do assunto. Logo que souberam que o resultado era positivo, na segunda-feira, por volta das 23h30, contactaram-no a dar conta disso. Disseram que segundo as orientações da autoridade de saúde a pessoa infetada teria de ficar em isolamento total e as pessoas, mais próximas que coabitam com ele, em confinamento e, depois, uma série de outras pessoas que contactaram com ele, não

estariam obrigadas a fazer os testes mas no caso de sentirem sintomas comunicarem para serem testadas. Não foi isso que aconteceu, pois, essas pessoas quiseram ser testadas o mais rápido possível e foi nesse sentido que consultaram a câmara para saber se, através do laboratório que tem feito as análises, era possível acelerar o processo. Conseguiu-se que ontem entre as 13h30 e as 15h se fizessem todos os testes, num armazém aonde os técnicos do laboratório se dirigiram. No dia de hoje, vão ser feitos mais testes numa das lojas do mercado porque houve pessoas da comunidade que lidaram com a pessoa infetada que demonstraram interesse em os fazer por uma questão de precaução. Estes testes têm um custo de 40 euros e o pagamento é suportado por quem os faz. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que uma das questões que trazia era a situação da abertura das piscinas pois verificou que os tanques, ainda, estão vazios e como no ano anterior a abertura foi tardia queria saber se este ano havia algum problema pois desconhecia que há limite máximo de capacidade. Sabia que era preciso um controle, mas como já abriram em outros municípios desconhecia que, em Armamar, não iam abrir. -----

Presidente João Paulo Fonseca, referiu que estas decisões são de cada município e, caso de Armamar entendeu-se que, neste momento, é muito mais seguro não abrir as piscinas. -----

Vereador Jorge Rodrigues, quanto a isso tudo bem, mas em relação às colheitas têm de ser tomadas medidas, rápido. Imaginando que a situação agrava e obriga a um cerco no concelho, seria uma calamidade. -----

Presidente João Paulo Fonseca, no seu entender vai ter de haver um controle mais apertado, quer em termos de autoridades policias, quer sanitárias e municipais porque haverá dias em que vão estar mil ou mais pessoas a apanhar maçãs, oriundas de vários concelhos e outros países, que já se começam a fazer sentir em algumas freguesias.

Nesse sentido, disse que vai reunir, amanhã, com a GNR porque tem de haver um controle muito apertado da comunidade Búlgara e de outras que vão chegando ao concelho para os casos de total desrespeito das regras que estão definidas em termos de higiene e equipamentos de alta proteção, como o uso de máscara e outros. Também, estão identificados a maior parte dos empregadores e estes vão ter um papel fundamental no cumprimento das regras. Concorda que haja investimento para salvaguardar a saúde de todos, independentemente dos valores envolvidos, mas para isso é preciso perceber como se faz esse controle. Hoje, há no mercado os testes rápidos, tipo os da diabetes, mas para fazer um controle quase diário é impossível. Se calhar, é possível fazê-lo com outros mecanismos e para isso tem de se começar a procurar, no mercado, outro tipo de soluções para perceber se é viável, ou não, fazer-se esse controle. -----

Vereador Jorge Rodrigues, referiu que, infelizmente, é uma situação para a qual todos “estamos” sujeitos, mas é preciso fazer tudo o que estiver ao “nosso” alcance. Enquanto membro da direção da Associação de Fruticultores disponibilizou o contributo da associação no que for preciso. -----

Presidente João Paulo Fonseca, esse apoio é importante, até porque a Associação de Fruticultores é o canal em termos de informação porque tem uma base de dados que permite difundir a informação pelos seus associados. -----

Vereadora Cláudia Damião, também tinha este assunto para focar, sobretudo, o inerente à comunidade Búlgara porque, já, começaram a surgir algumas preocupações nesse sentido. Disse que o município vai fazer o mesmo procedimento do ano anterior, ou seja, contactar, oficialmente, os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, o Instituto da Segurança Social, a Embaixada Búlgara em Portugal e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. No fundo, vai ser-lhes pedido para se juntarem, ao município, nesta análise porque são necessárias algumas medidas colaborativas entre todas estas

entidades para nada falhar. Inicialmente, não defendia que a entrada destes sujeitos estivesse obrigada a um controlo sanitário, mas, por que não? E, quando pensou trazer este assunto era para saber a opinião dos colegas. No sentido de envolver, a autoridade de saúde, especificamente, no controle de eventuais focos de transmissão da doença por serem pessoas, sem qualquer tipo de hábitos de higiene, de cuidados e de cumprimento das regras sociais? Por que não envolver a parte humanitária, neste contexto? “Nós estamos” a ver o problema pela parte social, mas há outras problemáticas porque até de tráfico de seres humanos podemos estar a falar. Sugeriu que o município, para além de todas as entidades que foram referidas, anteriormente, envolva neste processo as autoridades de saúde e sanitárias para fazerem uma visita aos locais, ir aos sítios onde, prioritariamente, eles se têm concentrado, em Fontelo, Gogim e Queimadela, para tentar perceber e chegar à fala com eles. Este ano, para que o entrave da língua não seja uma justificação, apesar de eles perceberem, claramente, o português, mas estão sempre a dizer que não compreendem, pediu-se, junto da segurança social, um tradutor interprete para que estas diligências aos locais sejam feitas com alguém que possa ter domínios da língua e facilitar a comunicação. Isto é uma situação que “nos” deve começar a preocupar e a “nossa” atitude tem de ser reativa, agir por antecipação e não estar à espera que as coisas aconteçam. Nós enquanto comunidade também não podemos olhar para eles como os criminosos ou os bichos papões. -----

Presidente João Paulo Fonseca, no seu entender deve-se reportar, este assunto, às autoridades sanitárias, o mais breve possível porque eles também terão orientações nesse sentido. -----

Vereador Jorge Rodrigues, este é um assunto do qual tem falado desde o início do mandato e insistiu, muitas vezes, na criação de estruturas físicas para receber estas pessoas e na procura de soluções para os receber com alguma dignidade e nunca se fez nada. -----

Vereador António Silva, quanto a este assunto da Covid-19 e da campanha de colheitas que se aproxima, concorda em pleno, com tudo o que foi dito nas intervenções anteriores. Sobre o controle das entradas, por mais perfeito que este seja é um pouco impossível controlar a 100% porque há pessoas que, já, estão no território nacional, nomeadamente, de países estrangeiros. Muitas vezes, estas pessoas deslocam-se durante a noite e, por vezes, nem se dá conta da sua chegada. Devem sensibilizar-se os agricultores e produtores, através da Associação de Fruticultores, para quando receberem essas comunidades as sinalizassem. Os senhores produtores têm a obrigação de quando os receberem não descorarem as comunicações e serem eles próprios a comunicar à câmara a receção dos mesmos. Devem fazê-lo com alguma antecedência para que se possa atuar atempadamente porque se vão fazê-lo quando as pessoas, já, estiverem cá o controle e atuação serão mais difíceis. -----

Vereador Jorge Rodrigues, em relação a este assunto disse-se esclarecido, mas é preciso trabalhar-se nele. Referiu que quando sair da reunião vai falar com os seus colegas da Associação de Fruticultores porque, ainda, há algum tempo. Propôs que se façam os *flyers* para entregar às pessoas que vão chegando e, até, deveriam estar sujeitos a fazer os testes. -----

Presidente da câmara municipal, referiu que é uma situação que obriga a um controle muito apertado dos empregadores e que pode levar a que se corram alguns riscos. Há pessoas que ao saberem que em Armamar estão a fazer testes de Covid-19 podem não querer vir trabalhar para o concelho. -----

Vereador Jorge Rodrigues, perguntou como vai ser feita a cobrança da água deste período em que não foi efetuada isto porque tem sido questionado por alguns municípios. Há famílias que estão com receio que a fatura venha toda de uma, só, vez. ---

Presidente João Paulo Fonseca, quanto à faturação da água referiu que a cobrança que está em atraso, não vai ser feita em conjunto. Conforme já foi falado em reunião

anterior existe a possibilidade de se deliberar no sentido de nos meses de março, abril e maio haverem algumas isenções ou reduções de tarifas. Sabe que alguns municípios anunciaram uma série de isenções, mas tem dúvidas que em termos legais o estejam a fazer devidamente. Segundo informações dos serviços para se aplicarem reduções ou isenções de tarifas são obrigatórios dois procedimentos: se for pela redução das tarifas tem de se pedir, antecipadamente, um parecer à ERSAR e se for pela via das taxas, a proposta de isenção das mesmas, carece de autorização da assembleia municipal. Disse que os serviços vão fazer essa proposta de acordo com o que a Lei permite e prevê, para depois “tomarmos” uma decisão. Independentemente de decisões que possam vir a ser tomadas existe o compromisso de admitir o pagamento faseado desses três meses. - Vereador Jorge Rodrigues, perguntou se as cobranças de água, no domicílio, podem ser pagas por cartão multibanco. -----

Presidente João Paulo Fonseca, respondeu que não há essa possibilidade, mas é um procedimento que está a ser desenvolvido porque, actualmente, nem sequer está em funcionamento o serviço de emissão de referências multibanco. -----

Vereador António Silva, sobre a cobrança dos consumos de água referiu que, ainda ontem, esteve reunido com o responsável do serviço e falaram sobre a proposta de isenção ou redução dos valores a cobrar. Disse que trocaram impressões porque isto das isenções vai ter alguma complexidade e mediante o que se decidir a isenção não vai ser dada a 100% a todos os consumidores. Vai ser um processo um pouco trabalhoso, pois, é preciso fazer o levantamento de algumas situações. Pelos dados que lhe são dados julga que este assunto tem de ir à assembleia municipal porque a câmara não pode fazer essas isenções o que poderá fazer com que este assunto se arraste um pouco no tempo. -----

Vereadora Cláudia Damião, perguntou se há intenção de isentar os munícipes do pagamento da água. -----



Presidente João Paulo Fonseca, respondeu que existe a intenção de isentar ou reduzir, mas isso tem de ser, sempre, suportado naquilo que, legalmente é possível. -----

Vereadora Cláudia Damião, perguntou, ainda, se estão identificadas pessoas sem rendimentos, em Armamar. Disse ser possível contabilizar, por setores de atividade, quem entrou em *Layoff*. -----

Vereador Luciano Gomes, na sua opinião, apenas são se deviam cobrar as taxas e o consumo de água todos deveriam pagar. -----

Vereador Jorge Rodrigues, disse que esteve a fazer um levantamento dos alunos que frequentam o ensino superior e o município, já, no ano anterior, alocou a parte do IRS do próximo ano, para esse fim. Se calhar, já, tem uma noção do valor arrecadado para apoiar estas famílias. -----

Presidente João Paulo Fonseca, referiu que tendo em conta a receita do IRS do ano passado, são cerca de 20 mil euros. -----

Vereador Jorge Rodrigues, no seguimento de conversas tidas com alguns produtores agrícolas, no seu entender, a câmara deveria apoiar, já, nas próximas matrículas aqueles que foram, diretamente, afectados; uns pela pandemia e outros por causa das intempéries. Gostava que a câmara ajudasse as famílias, nesse sentido. -----

Vereador António Silva, ainda sem certezas, mas tendo como base que o regulamento venha a ser aplicado a partir do próximo ano letivo, este vai ser formulado e vai para audiência de interessados e, só depois de regulamentado este apoio é que se saberá se vai ser aplicado aos alunos que entram, no ensino superior, a partir deste ano ou se vai abranger aqueles que, já, o frequentam. Tomando como exemplo, que, este ano, o 12.º ano tem cerca de setenta alunos, que se podem candidatar ao ensino superior e podem ser todos abrangidos, ou não, dentro dos setenta alunos o apoio será dirigido aos mais carenciados e quem o estipula é o escalão do abono que têm na Segurança Social. Pelo

levantamento que fez acerca de quinze dias, adiantou que o número de alunos do 12.º ano que estão no escalão A é entre doze e quinze. -----

Vereador Jorge Rodrigues, anotou que, esta semana, houve uma reunião no Parlamento e a Comissão de Agricultura convidou algumas associações para irem expor as pretensões dos produtores no âmbito da intempérie que aconteceu no Sul e na Cova da Beira. Foram muitas as associações convidadas que marcaram presença, umas diretamente e outra via Skype. Comunicou que a Associação de Fruticultores de Armamar esteve representada por duas pessoas e realçou, pela positiva, a forma como foram recebidos por todos os grupos parlamentares. Referiu que dentro da Comissão de Agricultura o nome de Armamar foi o mais falado e também se falou que a câmara está sempre envolvida e disponível nestas situações. Salientou que a visita dos deputados do PS, que se deslocaram ao concelho, desta vez, teve algum efeito, assim como os do CDS. Armamar esteve bem representada e eles reconhecem que o concelho é um grande produtor de maçãs. Agradeceu a todos os envolvidos neste processo. -----

Presidente João Paulo Fonseca, referiu que é sempre importante que uma Comissão Parlamentar de Agricultura possa dar vós àqueles que sentem no terreno os efeitos destas catástrofes naturais. Também gostaria de ter acompanhado as associações, assim como o seu colega de Moimenta da Beira, mas perceberam que o modelo encontrado, foi de, nesta fase, ouvir primeiro as associações e organizações de produtores das regiões atingidas. Deixou o seu registo de agrado por se ter levado a debate, na Comissão Parlamentar de Agricultura, esta problemática das intempéries e que possa sair daí, uma solução e que esta seja apresentada pelos vários partidos em conjunto. -----

Vereador António Silva, louvou esta iniciativa. Disse que a referida reunião ocorreu na terça feira, às 10h, e, nesse sentido, foi contactado pelo senhor deputado Lima Costa para tentar saber se já havia alguma comunicação sobre as linhas de crédito. Transmitiu que fez o contacto com o Crédito Agrícola para saber se já havia alguma novidade e foi-

Ihe transmitido que, ainda, não havia qualquer orientação sobre o assunto. Louvou o interesse e empenho do senhor deputado neste assunto. -----

Vereador Luciano Gomes, referiu-se aos testes à Covid-19, dizendo que em Armamar só se têm feito ao sangue e zaragatoa foram poucos. Sobre o que foi dito em relação a testar o pessoal que vem para a apanha da maçã, na sua opinião, deveria ser obrigatório todas as pessoas apresentarem um documento em como fizeram o teste, caso contrário teriam de o fazer. Os custos seriam suportados em conjunto por quem recebe o pessoal embora a câmara deva participar e ajudar ao máximo. Em relação às piscinas descobertas, também, reparou que os tanques se encontram vazios. Não quer com isto dizer que devem abrir, mas se não tiverem água, com o calor começam a abrir fendas e, depois, é mais uma despesa para as concertar. -----

Presidente João Paulo Fonseca, é uma situação que se pode verificar porque, habitualmente, para aproveitamento da água os tanques das piscinas descobertas enchem-se com a água das piscinas cobertas cuja água, já, está tratada. -----

Vereador Luciano Gomes, voltou a referir que o consumo da água deve ser pago por todos os munícipes e a câmara deve ajudar com a isenção das taxas. -----

Em relação aos correios, não se vêem obras e, ainda, não existe rampa de acesso. Já é tempo a mais sem se ter tomado alguma decisão. Enquanto não avançam com a obra deveriam colocar uma rampa em metal pois isso é obrigatório. -----

Por último, referiu-se às obras no Jardim da Nossa Senhora da Conceição e, no seu entender, não se justifica a Praça de Táxis estar naquele local devendo a sua localização ser alterada. Na sua opinião, ficava bem em frente aos armazéns de Armamar. Há, ali, seis ou sete lugares que dão para colocar, todos, os táxis. -----

Presidente João Paulo Fonseca, referiu que com os novos estacionamento no jardim vão tentar criar-se condições para se avançar para a colocação de parquímetros. Percebe que os táxis, no lugar onde estão, possam criar algum constrangimento no

cruzamento de dois carros, mas não faz sentido tirá-los dali para ocuparem lugares destinados aos clientes do comércio. A zona histórica e os comerciantes de Armamar, sempre, reivindicaram que os lugares de estacionamento que existem são poucos para as necessidades e estar a retirar mais lugares naquela zona é uma asneira. Há outras soluções para os táxis e os próprios taxistas não se importam que a praça deixe de ser ali. -----

Em relação aos testes, efetuados em Armamar, à Covid-19 os que foram feitos através do laboratório de Aveiro foram ao sangue mas os que se efetuaram pela Autoridade de Saúde aos utentes das IPSS e colaboradores, aos colaboradores do município e à utente do lar de Fontelo foram por por zaragatoa. Para além destes, todos os casos suspeitos de Covid-19, em Armamar, foram testados por zaragatoa, no centro de Lamego. Só no universo dos lares foram feitos mais 400 testes por zaragatoa. -----

Vereador Jorge Rodrigues, perguntou quantos testes foram feitos, no total, no concelho. Presidente João Paulo Fonseca, respondeu que por zaragatoa foram cerca de 470, no universo dos utentes dos lares mais os colaboradores e diretores e pelo município foram efetuados quase 400. -----

Voltando à intervenção do vereador Luciano e em relação aos CTT disse que esteve, anteontem a falar com o responsável da região norte porque queria uma explicação sobre a questão que o senhor vereador levantou em relação ao multibanco e quanto a isso foi dito que não é verdade que todos os postos têm essa possibilidade de pagamento. O que sucede é, precisamente, o contrário pois são poucos os postos que o têm. Nessa conversa, também, falou da situação da acessibilidade ao posto e ele disse que ia falar com o responsável local que visita os postos dos CTT para este reunir com o presidente da junta de freguesia de Armamar de modo a acelerarem este processo enquanto não se avança com as obras. -----

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### **Informação n.º 291DGUA20 – Pedido de Prorrogação de Prazo de Execução da Empreitada – Requalificação do Espaço Público da Praça 25 de Abril (PARU) – Plano de Ação de Regeneração Urbana – Mobilidade Urbana Sustentável -----**

Transcrição do teor: -----

*“Na sequência da Execução da Empreitada referente à Requalificação do Espaço Público da Praça 25 de abril (PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana – Mobilidade Urbana Sustentável e Reabilitação Urbana) e perante a aprovação dos trabalhos complementares que resultaram de circunstâncias não previstas (Informação119DGUA20) e à suspensão dos trabalhos devido à declaração do estado de emergência decretada (Informação187DGUA20 e Informação223DGUA20), vem a empresa responsável pela execução da pretensão apresentar formalmente o pedido de prorrogação de execução da empreitada até ao dia 31 de dezembro do 2020 (em anexo). -----*

*O pedido de prorrogação resulta das circunstâncias descritas anteriormente nomeadamente do que diz respeito ao prazo apresentado pela empresa responsável pela execução dos trabalhos complementares de acordo com o artigo 374º do Código da Contratação Pública (CCP) e ainda motivada pela suspensão dos trabalhos até ao recomeço da execução em conformidade com o disposto no artigo 298º do CCP. -----*

*Considerando o pedido de prorrogação do prazo de execução dos trabalhos, proponho que o conteúdo do mesmo seja objeto de aprovação pelo Órgão Executivo.” -----*

Informação do dirigente: -----

*“O pedido de prorrogação de prazo de execução, apresentado pelo adjudicatário da empreitada Requalificação do Espaço Público da Praça 25 de Abril, deverá ser enviado a reunião de executivo, para aprovação, sendo este o órgão competente, nos termos da alínea f) n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013 de 12 de dezembro.” -----*

-----  
Vereador Jorge Rodrigues, lembrou que no ano anterior, em agosto, ou setembro manifestou algum descontentamento pelo facto deste espaço ter estado fechado dois ou três meses sem ter iniciado a obra. Na altura, perguntou ao senhor presidente quem iria assumir esse pagamento, ao que este lhe respondeu que não haveria problema algum pois o empreiteiro iria cumprir o prazo caso contrário seria penalizado por isso. -----

Presidente João Paulo Fonseca, explicou que há duas situações distintas. Na altura, disse que iam cumprir o prazo e em condições normais isso iria acontecer. Em primeiro lugar, foi a situação da Covid-19 que levou à suspensão da obra e, aqui, não há culpa nem do empreiteiro nem do município e julga que ninguém se opõe a isso. Em segundo lugar esta situação, também, resulta de alterações que o próprio órgão executivo propôs, já, em obra, que foram os trabalhos complementares, que vieram alterar os planos de trabalho. Quando foram decididas estas alterações do alargamento do arruamento junto ao Tribunal e as alterações que foram na altura, aqui, mencionadas a obra já tinha sido adjudicada. Por isso, há matéria para haver prorrogação do prazo. -----

Vereador Jorge Rodrigues, referiu que isto é o espelho de como estes fornecedores não têm respeito. Se houvesse a Feira da Maçã, como seria? Em relação à alteração dos trabalhos complementares o senhor presidente garantiu que apresentava o projeto dessas obras e não o fez, assim como das outras. No seu entender as obras não estão a avançar como deviam. O senhor presidente, também, ficou de trazer todos os procedimentos em relação àquela obra e em que fase está, assim como o relatório das obras que não se vão realizar. Não concorda que se dê mais prolongamento à execução desta obra. -----

Presidente João Paulo Fonseca, se o senhor vereador tem alguma dúvida sobre os autos de medição, disponibilizou-se para na próxima reunião fazerem uma visita à obra para

verificarem o que está feito. Disse que trará o relatório daquilo que vai ser retirado e acrescentado nesta obra, na próxima reunião. -----

Vereador António Silva, relativamente a esta prorrogação não vai levantar objeção porque compreende os motivos referidos pelo senhor presidente que são diferentes daqueles que se colocaram no início da obra. Espera que até 31 de dezembro a obra esteja concluída e que não haja mais atrasos para bem de todos. Quanto à questão do auto, embora tenha dotações diferentes, aproveitou para falar dos dois assuntos. Como ficou determinado, por decisão de todos, numa das últimas reuniões que deve ser feito o levantamento ou relatório das obras a menos para ser ter uma noção e para que fique registado, note-se que o auto não vem acompanhado pelo relatório. Este nem sempre é obrigatório, mas o que abunda não anula e como, já, houve outras situações que obrigaram o executivo a dar justificações daquilo que muitas vezes não é sua obrigação e para que fique para memória futura o registo deveria constar. Nunca fugirá às suas responsabilidades, mas, também, não pode nem quer assumir aquelas que, por questões técnicas, venham a surgir. Disse que vinha com a ideia de se abster na aprovação do auto, apesar de não ser contra o mesmo porque tem de ser pago, pois, a obra está realizada. Contudo devem fazer o relatório, desta e de outras obras, para se ir fazendo o acompanhamento das mesmas. Vai alterar o sentido de voto, hoje, e dar mais uma possibilidade, mas o técnico tem de cumprir as ordens do senhor presidente, nomeadamente, quando se falou, na reunião anterior, por proposta e consenso de todos que o devia fazer, mesmo não sendo obrigatório. -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com uma abstenção (a saber: Jorge Rodrigues). -----

**Informação n.º 309DGUA20 – Auto de Medição n.º 7 – Requalificação do Espaço Publico da Praça 25 de Abril em Armamar -----**

Transcrição do teor: -----

“Refere-se o presente auto de medição n.º 7 a trabalhos normais, realizados na empreitada supra mencionada, pelo adjudicatário Arcelino Cardoso da Costa, Lda., NIPC 501995269, com sede em Castanheiro do Ouro, Tarouca, no valor de 53.010,50 €, acrescido de IVA á Taxa em Vigor, pelo que se poderá proceder ao seu pagamento. -----

É competente para autorizar a despesa a Câmara Municipal, de acordo com o disposto no artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99 de 8 de junho com a alteração introduzida pela Resolução 86/2011 de 4 de abril pelo que a presente informação deve ser enviada à próxima reunião de executivo.” -----

Informação do dirigente: -----

“Não se manifesta.” -----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com duas abstenções (a saber: Jorge Rodrigues e Luciano Gomes). -----

----- **Encerramento da reunião** -----

----- Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

----- **Forma de votação** -----

----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas sob a forma nominal. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da câmara municipal encerrada a reunião às onze horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(João Paulo Soares Carvalho Pereira da Fonseca)



(António José da Silva Fernandes)